



MPDFT

em revista

Uma publicação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

FOCO NA CRIANÇA E NO ADOLESCENTE



- **Promotoria da Infância e da Juventude ganha nova sede**
 - **MPDFT no combate à corrupção**
- **Conheça a Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão**
 - **Homenagem a cidadão por ato de nobreza**

Essa meta é nossa!

O MPDFT dá passos largos rumo à plena maturidade. Ciente de seu valor, pautado por anos de dedicação à causa do bem comum, nosso Ministério Público salta para uma nova e frutífera fase: a idade da auto-avaliação, do planejamento e da otimização racional de seus serviços.

Alinhado com a tendência mundial da administração moderna, que põe na ordem do dia o gerenciamento adequado de recursos e esforços para o cumprimento das tarefas diárias, a instituição olhou para si no memorável I Encontro do Colégio de Procuradores e Promotores de Justiça – Diálogos para o Futuro, e agora se debruça sobre novas estratégias de atuação, com o objetivo primordial de melhor servir à comunidade.

Da mesma forma, floresce em nosso jardim a semente plantada pelo Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça, com a bem-vinda sugestão de que os Ministérios Públicos elegeassem um foco de trabalho. A meta escolhida pela Procuradoria-Geral de Justiça para o biênio não poderia ser outra senão Criança e Adolescente, tendo em vista a importância do cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente e dos preceitos constitucionais voltados para a prioritária proteção dos direitos daqueles que são o futuro do nosso país. Uma escolha cuja prática vem sendo manifestada em uma série de ações programadas e outras já em andamento, como indicado na presente edição.

Ações globais e setoriais marcarão esse novo momento, concretizado pela ação de procuradores, promotores de justiça e servidores do MPDFT, que, cientes das suas responsabilidades funcionais e sociais, unem-se e somam seus esforços para a realização de um ideal comum.

Como diz o slogan da campanha do MPDFT, Essa meta é nossa!

Rogério Schietti
Procurador-Geral de Justiça



Publicação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Eixo Monumental - Praça do Buriti,
Lote 2, Edifício-Sede
Brasília-DF Cep 70091-900
Telefones: (61) 3343-9604/3343-9601/
3343-9690.
Fax.: (61) 3343-9754
www.mpdft.gov.br

Procurador-Geral de Justiça

Rogério Schietti Machado Cruz

Vice-Procurador-Geral de Justiça

José Firmo Reis Soub

Corregedora-Geral

Marinita Maria da Silva

Chefe do Gabinete

Carlos Alberto Cantarutti

Diretor-Geral

Antônio Marcos Dezan

Conselho Editorial

Luisa de Marillac Pantoja
Fabiana Costa Oliveira Barreto

Coordenação do Projeto

Assessoria de Comunicação do MPDFT
Conchita Rocha

Produção Editorial

Via Brasília

Fotografias

José Evaldo Gomes Vilela
Alex Sousa

Jornalista Responsável

Guido Heleno
Registro Profissional - JP/DF 3.450
Tiragem: 2.500 exemplares

Impressão

Gráfica Diplomata

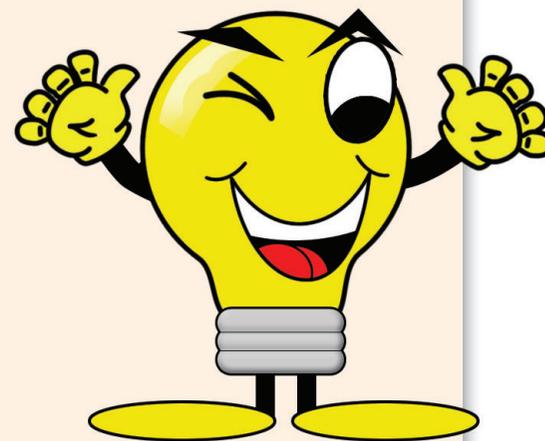
Programa de Gestão Ambiental do MPDFT inicia campanha

Tudo na vida tem lugar certo! Com esse slogan, o Programa de Gestão Ambiental do MPDFT reinicia, no mês de agosto, agora de forma permanente, a campanha de combate ao desperdício e de conscientização do público interno para a realização dos trabalhos da instituição gerando o mínimo de resíduos.

A campanha foi criada pela Assessoria de Comunicação Social e usará personagens, como o "Lampadinha", que reforçarão atitudes a serem incorporadas no dia-a-dia, que levem ao uso racional dos recursos naturais e dos bens públicos. Esse personagem lembrará a todos que, ao saírem de suas salas por tempo prolongado, membros e servidores devem apagar as luzes. Isso valerá também para os aparelhos eletrônicos, como computadores, que devem ser desligados.

Outros focos da campanha serão o uso correto de coletores de papéis e de copos descartáveis e a destinação e separação do lixo, além da economia de água. O Programa de Gestão Ambiental do MPDFT aderiu à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) em dezembro de 2003 e, desde então, vem realizando ações no sentido de inserir essa nova cultura no meio institucional.

Na linha da economia dos recursos naturais, entre outras ações, o Departamento de Arquitetura e Engenharia (DAE) instalou interruptores individuais para o controle da iluminação em todas as salas do edifício-sede, substituindo o sistema de iluminação interligado e também instalou torneiras com fechamento eletrônico em todos os banheiros, com o objetivo de eliminar o desperdício de água.



O Lampadinha é um dos símbolos da campanha

Atenção à criança no Paranoá

A rede formada por instituições de atenção à criança e ao adolescente do Paranoá, São Sebastião e Itapuã vai se reunir sob a coordenação da Promotoria de Justiça do Paranoá para receber a comunidade no segundo semestre, na Praça Central do Paranoá. Essa iniciativa marcará mais uma ação do MPDFT em cumprimento à meta de atuação em defesa da Criança e do Adolescente traçada para 2005/2006. O objetivo é fazer com que os moradores dessas localidades conheçam os direitos da criança e do adolescente e saibam como usufruir melhor do atendimento oferecido por entidades como o Núcleo de Assistência Judiciária da Vara da Infância, o Conselho Tutelar, a Defensoria Pública e o Centro de Desenvolvimento Social, entre outras que estarão presentes junto com as promotorias de Justiça de Defesa da Infância e do Adolescente e da Filiação.



Carreiras em ascensão

Em sessão solene realizada no dia 16 de junho e presidida pelo procurador-geral de justiça, Rogerio Schietti, foram promovidos ao cargo de promotor de justiça os 26 promotores de justiça adjuntos que ingressaram na instituição no 24º concurso. Em seu discurso, o procurador-geral afirmou que os membros estão no período mais fecundo e gratificante da carreira, com conquistas diárias e muito aprendizado. O orador da turma, Rodrigo Fudoli destacou, dirigindo-se aos colegas de turma, que "tal qual o MP de hoje é o fruto do esforço e até do sacrifício pessoal dos colegas mais antigos, a instituição de 2025 terá a nossa feição, sendo, pois, responsabilidade dessa turma e das mais novas atualizá-la de acordo com os reclamos sociais e coletivos de cada época.

Na condição de decano da classe de promotores de justiça, Vitor Fernandes Gonçalves ressaltou que a titularização em sessão solene tem a finalidade de homenagear aqueles que têm emprestado seu esforço e sua inteligência à instituição do MPDFT.

Nídia Correa Lima é nomeada desembargadora do TJDFT



A procuradora de justiça Nídia Corrêa Lima foi nomeada ao cargo de desembargadora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 5 de julho, em vaga destinada a membros do MPDFT, em decorrência da aposentadoria do desembargador José Wellington Medeiros de Araújo. A nomeação é feita com base em lista tríplice do TJDFT, cujos nomes são escolhidos em lista sêxtupla – eleita pelo Colégio de Procuradores e Promotores de Justiça do MPDFT.

Natural de Anápolis/GO, Nídia ingressou no MP em 1984, como defensora pública. Titular da 7ª Procuradoria de Justiça Cível desde 27/8/96. Nídia foi promotora eleitoral, atuou na Turma Recursal dos Juizados Especiais, integrou a Câmara de Coordenação e o Conselho Superior do MPDFT, no período de 1997 a 2004, e exerceu a função de vice-procuradora-geral de justiça no período de 21/1/99 a 16/6/2002.

Conselho Nacional do Ministério Público

Escolhido como representante do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios no Conselho Nacional de Justiça, o promotor de justiça Gaspar Antonio Viegas acredita que a criação do novo órgão resultará em gestões mais transparentes. Mesmo porque os Conselhos terão poder, inclusive, de desconstituir atos praticados, revê-los ou fixar prazo para que se adotem providências necessárias ao exato cumprimento da lei.

"Creio que a própria existência do CNMP inibirá eventuais atitudes de má gestão financeira e administrativa. Na verdade, mesmo sem a existência do Conselho, sabemos que, tratando-se de MP, a boa gestão administrativa e financeira é a regra, afinal devemos ser os primeiros a dar exemplo aos demais setores da administração pública", considera Gaspar.

Debate sobre ética e responsabilidade social

O tema Ética e Responsabilidade Social na Realização da Justiça será o foco central do seminário a ser realizado pelo MPDFT, nos dias 25 e 26 de agosto, em parceria com o Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, a Escola Superior do Ministério Público da União e o Tribunal de Justiça do DF e Territórios. O objetivo é reunir membros do Ministério Público e magistrados em torno de novas reflexões. O evento sinaliza o amadurecimento das instituições no trato dos problemas sociais, com responsabilidade e ética por parte das autoridades judiciais. O seminário, aberto ao público, consolida o MPDFT como centro de referência de debates sobre temas sociais e filosóficos.



MPDFT reforça Campanha de Desarmamento



Enquanto o país se prepara para a consulta popular sobre a comercialização de armas de fogo e munição em território nacional, aprovada pelo Congresso Nacional, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios reforça a campanha de desarmamento promovida pelo Ministério da Justiça, estendida até o dia 23 de outubro. Essa é a segunda prorrogação da campanha, iniciada em julho de 2004 e programada para seis meses.

A atuação do MPDFT consiste, principalmente, em apoiar o Ministério da Justiça para atingir a meta de 400 mil armas até o encerramento da campanha. Contudo, devido ao amplo engajamento de diversos comitês mobilizados, principalmente por organizações não-governamentais, espera-se ultrapassar essa meta.

A campanha de desarmamento brasileira é um marco na história do país em relação ao combate à violência. Até o dia 17 de junho deste ano, 338.334 armas haviam sido entregues à Polícia Federal e pagos mais de R\$ 38 milhões em indenizações. São Paulo liderava o ranking de armas entregues, seguido pelo Rio de Janeiro.

O Distrito Federal, que é o segundo em arrecadações em proporção à população, recolheu, até 17 de junho, cerca de sete mil armas, as quais em sua

maioria eram revólveres calibre 38.

Números e dados preocupantes

É realmente preocupante o histórico danoso das armas de fogo no Brasil. Em 1998, de um total de 50 mil mortes, 45 mil pessoas foram vítimas de arma de fogo. A taxa de ocorrências de homicídios, registrados pela Polícia Civil, por habitante no

Brasil, em 2003, foi de 23 ocorrências por 100 mil habitantes. A circulação de armas de fogo também é um problema na vida de crianças e adolescentes. No DF, há muitos registros de menores armados nas escolas. Em 2001, a Secretaria de Saúde constatou que a violência no DF mata mais jovens do que o trânsito ou problemas de saúde.

Para Valéria Velasco, uma das participantes do *Comitê Brasília Sem Armas*, as regiões periféricas necessitavam de uma abordagem diferenciada, uma vez que havia conhecimento da existência de casos de jovens da periferia que, embora quisessem entregar suas armas, tinham medo. Devido a isso, a participação de instituições com bom índice de confiabilidade junto à população, como o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, constituíram-se em poderosos canais para alcançar os jovens. No MPDFT é consenso a idéia de que se deve participar de ações em prol do desarmamento para o fortalecimento de uma cultura de paz.

A partir do início da campanha de desarmamento, de marcante participação popular e de diversas instituições como igreja, justiça, associações comunitárias, são esperados melhores tempos para o país, com a diminuição da violência. Mesmo antes de chegar ao fim, a campanha nacional já demonstra bons resultados, com a redução de taxas de porte de arma na maior parte das capitais brasileiras e com a constatação de comportamento decrescente das taxas de homicídio. A expectativa é de que até o fim do ano tenham-se mais números a apresentar em relação à diminuição de mortes com o recolhimento de armas.

Combate à lavagem de dinheiro é tema de curso de formação

Uma das frentes de trabalho do MPDFT contra a corrupção é o combate aos crimes da era moderna, como o de lavagem de dinheiro. Para tanto, um passo importante está sendo dado: a especialização dos membros do Ministério Público envolvidos com os desafios impostos pela sofisticação e transnacionalização desse tipo de crime.



Com o I Curso de Aperfeiçoamento no Combate à Lavagem de Dinheiro pretende-se propiciar aos membros do Ministério Público da União e dos Estados conhecimentos técnico-científicos relacionados ao combate a esse crime. Mais de 100 representantes federais e estaduais inscreveram-se no curso, que se estende até novembro deste ano. A delegação do MPDFT é formada por 16 membros, a segunda maior. O curso – uma realização conjunta do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do MPDFT (CEAF) e da Escola Superior do MPU (ESMPU) – é composto de três módulos: aspectos jurídicos; ambiente e dinâmica da lavagem; e técnicas de investigação.

"A luta contra a corrupção e a lavagem de dinheiro exige domínio de específicos conteúdos jurídicos e multidiscipli-

nares, bem como um sistema integrado e racional de práticas investigativas e persecutórias pelos membros do Ministério Público, e é isso que esse curso está oferecendo", declarou a procuradora de justiça Suzana de Toledo Barros, coordenadora do CEAF e uma das organizadoras do curso.

De acordo com a procuradora, o I Curso de Aperfeiçoamento no Combate à Lavagem de Dinheiro foi moldado para que os participantes tenham, como compromisso ao final do curso, a apresentação de um diagnóstico nacional da situação do combate à lavagem de dinheiro no Brasil. "Cada participante vai fazer o relatório do seu estado, mapear as ações de investigação, verificar se existem processos de lavagem de dinheiro e detalhar quais os métodos mais usados: se por meio de empresas de fachada, transações imobiliárias irregulares ou pelas contas CC5", completa a procuradora.

Crimes contra a ordem tributária

A "Operação Tentáculo" foi o nome dado pela polícia para a investigação de um grupo de empresas, escritórios e domicílios de pessoas que estavam envolvidas em crimes contra a ordem tributária brasileira. Nessa operação, foram indiciadas treze pessoas. "O papel do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios em operações como essa é o de acompanhar todo o processo de apuração, solicitar a quebra de sigilo bancário e telefônico, busca e apreensão e denunciar as pessoas envolvidas nesse tipo de crime", explica o promotor

de defesa da ordem tributária do MPDFT, Rubin Lemos.

Dos 13 acusados na operação, 12 já estão respondendo processo como réus. "Entretanto, todo o processo é muito demorado. A sentença em primeiro grau pode demorar mais de um ano, depois vêm os recursos. Um processo desses não tem prazo para terminar", completa o promotor.

De acordo com Rubin Lemos, é difícil reaver os recursos que foram sub-

traídos do patrimônio público, pois dificilmente os corruptos são presos e os bens revertidos ao patrimônio público. Para o promotor, existem poucos casos no Brasil em que esse tipo de infrator ficou preso por muito tempo. A razão disso é que a cultura do Judiciário e a própria lei dá um tratamento mais benévolo para as pessoas com nível sócio-cultural elevado. E isso tem estimulado a corrupção, uma vez que a maioria desses criminosos tem um bom nível de renda e de estudo.

Novo Programa

Estágio especial para Adolescentes

Criado com o objetivo de auxiliar e apoiar a ressocialização de adolescentes que cumprem medidas sócio-educativas em meio aberto, o Programa de Estágio Especial é uma das primeiras ações da Procuradoria-Geral de Justiça em cumprimento à meta Criança e Adolescente. Com essa iniciativa, a instituição oferece oportunidades a adolescentes de 14 a 18 anos incompletos, com escolaridade a partir da 7ª série do Ensino Fundamental, de desenvolverem habilidades técnicas, principalmente na área de informática. Ao promover a expansão de conhecimentos e permitir o convívio desses jovens com servidores públicos em uma promotoria de justiça, o MP quer criar novas perspectivas de vida e possibilidades de inserção desses adolescentes no mercado de trabalho. "Essa é uma oportunidade de envolvimento social do Ministério Público, que nos aproxima ainda mais daqueles a quem servimos", afirma o procurador-geral de justiça, Rogerio Schiatti.

Até o fim do primeiro semestre de 2005, já haviam sido treinadas as duas

primeiras turmas, das cinco já selecionadas pelo Centro de Desenvolvimento Social e pela Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude, para realizar o treinamento em microinformática. Ao final do curso, dois adolescentes são indicados para o quadro de estagiários de nível médio do MPDFT. Além do desempenho técnico, os instrutores avaliam o interesse e o empenho dos adolescentes no treinamento. Com isso, eles percebem que a dedicação e o interesse, além dos conhecimentos e habilidades adquiridos, são critérios preponderantes para o sucesso deles no programa.

"Eles não têm medido esforços. Acordam todos os dias às 5h para assistir às aulas e isso mostra o empenho desses jovens. Basta que nós criemos oportunidades para que tenhamos boas respostas deles", testemunha Rui Abdala, agente social que acompanha os garotos inscritos no programa.

Um elemento de motivação para esses adolescentes é o tempo de duração do estágio, de seis meses, podendo ser renovado pelo mesmo período, e o valor da bolsa, que é de R\$ 300,00. O objetivo maior da instituição é fortalecer o foco no jovem cidadão, principalmente na parcela mais carente da população, que mais necessita de amparo jurídico.



Encontro

Vocação democrática do MPDFT

Avaliar melhor os resultados da atuação de procuradorias e promotorias, melhorar a qualidade das informações sobre a atividade do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e fortalecer a rede de parcerias oficiais com entidades e órgãos públicos. Esses são alguns dos temas de projetos inéditos que estão sendo elaborados por procuradores e promotores de justiça após o I Encontro – Diálogos para o Futuro, realizado no mês de abril, com o objetivo de discutir assuntos de relevância para a instituição.

Autorizada pelo Conselho Superior do Ministério Público do DF e Territórios, a convocação do Encontro marcou o início de um debate institucional inédito com foco no papel da instituição perante a crescente demanda da sociedade e no uso mais racional de recursos humanos e financeiros. "Estabelecer prioridades não é deixar simplesmente de atuar em algumas áreas, mas sim, definir aquelas sobre as quais iremos usar o nosso maior esforço", enfatiza o procurador-geral de justiça Rogerio Schiatti. "Pela primeira vez na história do MPDFT – e talvez do Ministério Público

de todo o Brasil – promovemos um grande encontro, no qual todos puderam expressar sua opinião ou crítica e contribuir para o planejamento e execução de atos futuros da instituição", completa.

As áreas de trabalho em que estão sendo desenvolvidos projetos para o MPDFT são: critérios de criação e extinção de procuradorias e promotorias; descentralização; estatística; integração; atuação na área de interesses metaindividuais; relacionamento com a sociedade; substituição e titularização.

Criança e adolescente: prioridade absoluta até 2006



O Ministério Público do DF e Territórios vai concentrar esforços, até 2006, em ações voltadas à defesa do interesse das crianças e adolescentes. A meta foi anunciada pela Procuradoria-Geral de Justiça, no mês de junho, em meio a uma festa cívica com a participação de crianças, representantes do Judiciário, de entidades civis, de organismos não-governamentais e de cidadãos, no edifício-sede da instituição, em Brasília.

A escolha do tema baseou-se na necessidade de dar cumprimento ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e aos preceitos constitucionais de prioridade à criança brasileira. Acolhendo recomendação do Conselho de Procuradores-Gerais de Justiça, no sentido de escolher um foco de trabalho, o MPDFT quer que o ineditismo dessa

ação sirva como precedente para que outros órgãos da administração pública e privada tratem com o devido valor um tema tão caro ao país.

o MPDFT quer que o ineditismo dessa ação sirva como precedente para que outros órgãos da administração pública e privada tratem com o devido valor um tema tão caro ao país.

Como primeiras iniciativas dentro da meta estabelecida, a Procuradoria-Geral

de Justiça criou o Programa de Estágio Especial para adolescentes que cumpram medidas socioeducativas em regime de liberdade, e estuda a formalização de um convênio com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República para que as denúncias de abuso sexual contra crianças e adolescentes sejam enviadas ao Ministério Público por meio eletrônico, de forma a agilizar a apreciação desses casos.

Alinhadas com a proposta, as promotorias de justiça também estabeleceram metas vinculadas à criança e ao adolescente, algumas delas incluídas no projeto *Pai Legal nas Escolas*, que promove o reconhecimento de paternidade de crianças matriculadas na rede pública de ensino do Distrito Federal.

Metas

Áreas de atuação	Meta eleita
Procidadã	Conscientizar mães de crianças e adolescentes de que estes são titulares dos direitos de reconhecimento de paternidade e recebimento de alimentos de seus pais.
Cível	Aumentar o número de crianças com reconhecimento de paternidade espontâneo intermediado pelo MPDFT.
Educação	Fiscalizar a regularidade das aplicações de recursos pelas escolas públicas do Distrito Federal. Promover o cumprimento do artigo 89 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, pela Secretaria de Educação e Secretaria de Estado de Ação Social, quanto à universalização da educação infantil (pré-escola, para as crianças de 4 a 6 anos).
Consumidor	Atuar de forma preventiva buscando uma maior segurança para produtos destinados às crianças e adolescentes. Atuar junto à Administração Pública para retirar do mercado produtos impróprios ao consumo do público infanto-juvenil.
Criminal	Reprimir e prevenir crimes de exploração e abuso sexual contra criança e adolescente.
Delitos de trânsito	Incluir temas relacionados à segurança do trânsito no calendário escolar. Realizar campanhas educativas no ensino fundamental e médio sobre educação no trânsito para cumprimento do disposto nos arts. 74/79 do Código de Trânsito.
Entorpecentes	Implementar programa preventivo ao uso de drogas.
Especiais criminais	Aprimorar o atendimento da criança e do adolescente em entidade selecionada.
Família	Contribuir para o aumento do número de crianças cujo reconhecimento de paternidade espontâneo foi intermediado pelo MPDFT em mutirões do Projeto Pai Legal.
Infância e juventude	Zelar pelo efetivo funcionamento da rede de atendimento protetivo e socioeducativo.
Militar	Identificar o número e motivo de agressões a crianças e adolescentes por parte dos policiais militares.
Meio ambiente	Fomentar a inclusão de educação ambiental nos currículos escolares e executar projetos de educação ambiental.
Filiação	Criar fundo de reserva para a realização de exame de DNA com o objetivo de viabilizar um número maior de reconhecimento de paternidade para a população carente.
Ordem urbanística	Incentivar e exigir a implementação das normas dos Planos Diretores Locais - PDLs que prevêm áreas de recreação e lazer destinadas ao público infanto-juvenil. Trabalhar na elaboração e implementação dos PDLs das Regiões Administrativas que ainda não o possuem no sentido de contemplar o público infanto-juvenil com áreas destinadas à recreação e ao lazer.

Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude ganha nova sede

Uma casa nova, para atender pais, crianças e adolescentes de forma mais digna. Inaugurada no dia 4 de agosto, a nova sede da Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e Juventude, ocupa um novo prédio na quadra SEPN 711/911 Lote 'B', na Asa Norte. A equipe de promotores de justiça e de servidores, hoje chefiada pela promotora de justiça Cláudia Valéria Pereira de Queiroz Teles, aposta num salto qualitativo do trabalho com a comunidade, que vinha sendo realizado, ao longo dos últimos anos, em salas cedidas pela Vara da Infância e da Juventude do DF.

Na avaliação da promotora-chefe, Cláudia Valéria, o amplo leque de atribuições desenvolvidas pelas 14 promotorias de justiça de defesa da infância podem agora ganhar outras dimensões com as instalações adequadas proporcionadas pela nova sede. O Órgão tem como papel fundamental

fazer cumprir o Estatuto da Criança e do Adolescente, promovendo ações civis públicas para a realização dos direitos fundamentais infanto-juvenis, acompanhando ações protetivas de adoção, guarda e tutela e outras envolvendo essa clientela, fiscalizando a execução de medidas socioeducativas, bem como a apuração de atos infracionais atribuídos a adolescentes.

No espaço multiuso da nova sede serão executados projetos que, por falta de espaço adequado, ainda não foram implementados, como o *Criança e Adolescente – Sujeitos de Direitos e Obrigações*, que tem como propósito reunir coordenadores pedagógicos e estudantes de escolas públicas e privadas para discutir um novo enfoque do Estatuto da Criança e do Adolescente. O objetivo desse projeto é reverter o equívoco de que somente os direitos da criança e do adolescente devem ser enfocados,

deixando-se de lado os respectivos deveres.

Para os servidores, os amplos espaços e a adequada infra-estrutura da nova sede permitirão um atendimento integral às crianças, adolescentes, pais e responsáveis. "Em instalações condizentes com as nossas necessidades podemos, por exemplo, melhorar o nível de qualidade da avaliação psicológica, peça importante para a tomada de decisão da promotoria", explica a analista de saúde, psicóloga Nadia Raquel Paranhos Kanimura.

Atos infracionais

As principais demandas do público para a Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude estão relacionadas aos atos infracionais de roubo, furto, homicídio, porte ilegal de arma, porte e uso de substância entorpecente, lesões corporais graves e outros, conforme dados extraídos do sistema de informações do MPDFT.

O número de casos atendidos pela promotoria é expressivo. Para se ter uma idéia, o relatório do Serviço de Planejamento e Estatística – Departamento de Polícia Especializada – Polícia Civil do Distrito Federal, contabilizou, nos meses de fevereiro e março deste ano, 610 casos de "adolescentes apreendidos em flagrante de ato infracional" (expressão utilizada no relatório), a maioria – 569 adolescentes – era do sexo masculino, contra 41 do sexo feminino (ver Tabela 1).

"O que se observa é que os atos infracionais praticados por adolescentes não estão diretamente ligados à classe social em que eles estão inseridos ou à renda familiar, mas provavelmente a um ambiente familiar



Defesa da Infância e da Juventude

desestruturado, aliado à evasão escolar", enfatiza Cláudia Valéria.

O atendimento de número significativo de adolescentes, que vêm muitas vezes acompanhados pelos pais ou responsáveis, vinha sendo feito pelos promotores em salas apertadas, sem condições adequadas de sigilo e reserva que os casos requerem.

A nova sede

As novas instalações da Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e Juventude comportam com qualidade, toda a equipe, formada por 14 promotores de justiça, 25 servidores e 14 estagiários, possibilitando, desta forma, melhor atendimento ao público.

Localizada em terreno de 5,950 mil metros quadrados, a nova sede conta com cerca de 4,9 mil metros quadrados de área construída. Como todo projeto arquitetônico do MPDFT, o prédio da promotoria foi concebido em três níveis perfeitamente integrados – um subsolo, um pavimento térreo e um pavimento superior, privilegiando o acesso especial para portadores de deficiência física, o uso racional de material de construção e adequação às normas ambientais contra o desperdício de água e energia elétrica.

"Esse prédio apresenta algumas diferenças em relação aos demais, uma vez que abrigará também um público peculiar, de menores em conflito com a lei", explicou Regina Fátima Fonteles Cabral, Chefe do Departamento de Arquitetura e Engenharia do MPDFT. Regina informa que, em relação ao prédio, foram obedecidos os critérios básicos da política de execução de obras do MPDFT: austeridade, eficiência, funcionalidade e segurança. Nesse projeto, deu-se atenção especial ao público infanto-juvenil. Em função disso, foram tomados cuidados especiais até mesmo no projeto paisagístico, segundo o qual não serão utilizadas plantas tóxicas nem espinhosas.

Quadro 1. Adolescentes apreendidos em flagrante de ato infracional – fevereiro e março/2005

Regiões Administrativas	Quantidade			
	Masculina	Feminina	Total	%
Brasília	100	3	103	16,9
Gama	34	3	37	6,1
Taguatinga	67	6	73	12,0
Brazlândia	12	1	13	2,1
Planaltina	48	6	54	8,9
Ceilândia	69	7	76	11,3
Guará	16	2	18	3,0
Samambaia	39	1	40	6,5
Santa Maria	38	1	39	6,4
Recanto das Emas	29	2	31	5,1
Outras Regiões Administrativas	117	9	126	20,7
Total	569	41	610	100,0



O toque de modernidade é um dos pontos altos do prédio. As rampas e os elevadores foram planejados para facilitar o acesso ao prédio e às instalações internas. Os banheiros estão sendo equipados com sensores de presença para iluminação, com objetivo de economizar luz, e peças adequadas para se evitar desperdício de água.

Áreas	
Pavimento	Área (m ²)
Subsolo	2.656.670
Térreo	1.071.050
Pavimento Superior	1.193.850
Total	4.924.570

Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão Agilidade e resultados



Para exercer com plenitude a cidadania é preciso que a população tenha conhecimento dos deveres, mas também dos seus direitos. Com essa consciência, a Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão – PDDC vem atuando para fazer chegar ao público brasileiro o maior número de informações, a começar pelo atendimento feito pelo número do "Disque Cidadão", 3343-9656. A Procuradoria também vêm atuando na defesa dos interesses coletivos por meio de comissões temáticas com um elenco de resultados positivos em áreas como o transporte público coletivo.

Na avaliação da procuradora distrital, Ruth Kicis Torrents Pereira, a atuação conjunta com os promotores de justiça nas comissões temáticas vem imprimindo maior dinamismo e qualidade aos serviços prestados pela Procuradoria Distrital. Por meio das comissões, a PDDC investiga, com sucesso, esquemas fraudulentos na fiscalização do transporte público alternativo; garante a gra-

tuidade dos registros de reconhecimento de paternidade; e averigua as dificuldades enfrentadas pelas vítimas de acidentes de trânsito para receber indenizações pelo seguro obrigatório.

A comissão criada para investigar o Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores Terrestres (DPVAT), mais conhecido como Seguro Obrigatório, é um bom exemplo desse trabalho. A constatação dos promotores de justiça que atuam nas Varas de Delitos de Trânsito e nos Juizados Especiais Criminais é que grande parte das vítimas de acidentes enfrenta sérias dificuldades para receber o seguro e que muitas desconhecem até mesmo a existência desse seguro.

Graças à ação da Comissão foi possível tomar conhecimento das irregularidades apresentadas pelas vítimas, destacando-se a exigência de uma série de documentos, entre eles o Documento Único de Transferência (DUT) do car-

ro envolvido no sinistro; a existência de um grupo que apresenta procurações para receber a indenização em nome da vítima; e a demora no pagamento do seguro. Essas irregularidades estão, de alguma forma, ligadas à desinformação da sociedade em relação ao Seguro Obrigatório.

De acordo com a procuradora distrital, por meio de uma pesquisa informal feita pelo próprio MPDFT, ficou constatado que 27% das pessoas não sabiam os propósitos do DPVAT e 20% não tinham ouvido falar ou não se lembravam do Seguro.

Como a desinformação foi o principal problema detectado, a comissão temática decidiu desenvolver instrumentos que possibilitem o esclarecimento sobre o DPVAT. O primeiro deles é a cartilha "Seguro Obrigatório – DPVAT", direcionada para proprietários de veículos que pagam o seguro obrigatório e não sabem o que ele representa. A publicação tem também como público as vítimas de acidentes de trânsito e beneficiários, os quais têm direito à indenização DPVAT, desconhecendo, porém, os procedimentos para recebê-la.

Foco nas ações do MPDFT

O trabalho competente e contínuo de outras comissões vem resultando em outros benefícios diretos para o cidadão e para a sociedade como todo. É o caso da Comissão de Transportes, que apura irregularidades no Sistema de Transporte Público do DF formado pela Procuradora Distrital dos Direitos do Cidadão e por um grupo de promotores de justiça. Dados oficiais mostram que, no Distrito Federal, existem 838 veículos regularmente autorizados a explorar o Sistema de Transporte Público Alternativo de Condomínio (Stpac). Mas, na avaliação de Ruth Kicis, é provável que

Direitos do cidadão

existam, aproximadamente, mais 1,2 mil vans operando irregularmente no atendimento a condomínios horizontais. Esses veículos estão circulando graças a autorizações falsas, clonadas ou de terceiros, recolhendo usuários em locais vetados às vans do Stpac, concorrendo assim, de forma desonesta, com o sistema regular de ônibus, o que está provocando a inviabilidade financeira dos serviços.

A Comissão de Transportes fez sua primeira recomendação à Secretaria de Transportes, sugerindo que o Secretário Mauro Mendes Cateb determine que os permissionários do sistema de transporte coletivo alternativo não entreguem as autorizações originais e sejam orientados para que, ao receberem a nova autorização expedida pela Secretaria, não entreguem as antigas.

Operação Flanelinha

A criação das Comissões Temáticas, no entanto, não exclui a continuidade de ações que vêm dando certo. Dentre os projetos que a Procuradoria Distrital propôs desenvolver neste exercício estão os que dão continuidade a atividades que estavam sendo executadas na gestão anterior. É o caso da Operação Flanelinha, iniciada em maio do ano passado, pelo então procurador distrital Antônio Ezequiel de Araújo Neto.

A Operação Flanelinha é executada em conjunto com a Polícia Civil, a Polícia Militar do Distrito Federal e o SOS Criança, visando à prevenção e repressão de conduta habitual dos guardadores de carros que, sob o pretexto de vigiar automóveis, estabelecem-se nos estacionamentos públicos do Distrito Federal para constranger os proprietários de veículos a pagarem pela utilização das vagas.

Nessas operações, a Procuradoria Distrital faz a identificação das pessoas abordadas, ministra palestras sócioeducativas e fornece carteiras de identidade gratuita àqueles que não a possuem. "Vamos realizar a Operação Flanelinha todos os meses. Com isso estaremos contribuindo para evitar que a situação

atinga os níveis de descontrole observados em outras metrópoles", ressalta a Procuradora.

Reconhecimento de paternidade

Outra ação importante levada a efeito pela PDDC diz respeito aos esforços da instituição para que se cumpra um dos princípios fundamentais da Constituição Federal: o direito à cidadania e à dignidade da pessoa humana. Como significativa parcela carente da sociedade não possui condições de arcar com os custos para o reconhecimento de paternidade, o MPDFT vem negociando com os cartórios civis a gratuidade dos registros originados dos termos de reconhecimento de paternidade realizados pelo Ministério Público. Assim, estão sendo concedidos registros,

de forma gratuita, em benefício de pessoas consideradas juridicamente pobres, ou seja, cuja renda familiar não exceda a dois salários mínimos mensais. Pouca gente sabe, mas somente o primeiro registro em cartório é gratuito. "Como muitos pais não têm recursos, eles deixam de reconhecer a paternidade, transformando essa categoria de excluídos em "órfãos de pais vivos", diz Ruth Kicis.

Para institucionalizar oficialmente essa ação, o procurador-geral de Justiça do Distrito Federal, Rogerio Schietti, e o presidente da Associação dos Notórios e Registradores do Distrito Federal (Anoreg), McArthur Di Andrade Camargo, assinaram, no dia 5 de maio, convênio entre o MPDFT e os Titulares dos Cartórios de Registro Civil do Distrito Federal.

Cartilha tira dúvidas sobre o DPVAT

A publicação

"Seguro Obrigatório

– DPVAT" responde,

de forma simples e

objetiva, as dúvidas

mais freqüentes

relacionadas com o

assunto: origem dos

recursos do DPVAT,

valor da indenização,

beneficiários,

documentos exigidos,

prazos para requerer e

receber a indenização,

além do prazo de

prescrição.

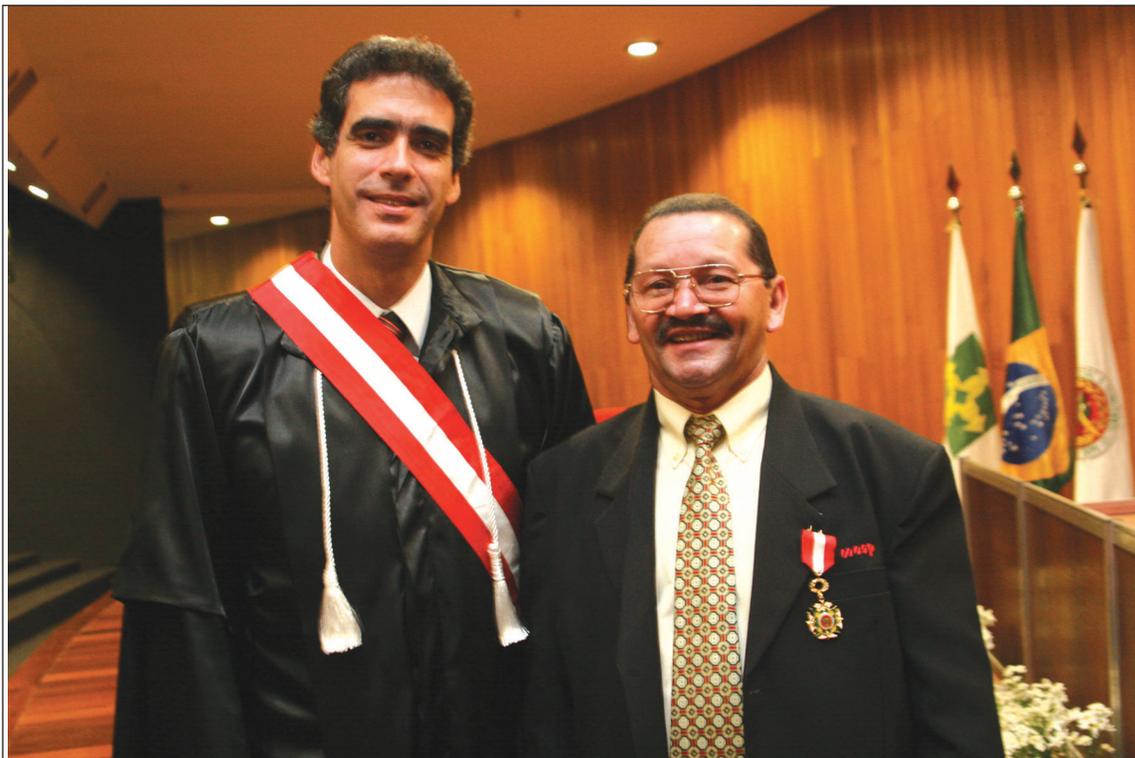
Seguro Obrigatório
DPVAT

Manual de Orientações

PDDC

Procuradoria Especial
do Distrito Federal

MPDFT homenageia cidadão por ato de nobreza



A solenidade da entrega das insígnias da Ordem do Mérito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios referente ao ano de 2005 foi memorável, não só pela outorga das condecorações a autoridades do Judiciário, Ministério Público, parlamentares e servidores do MPDFT, que merecidamente foram homenageados, mas pela inédita premiação que se seguiu. Entre os principais homenageados da noite estava o supervisor de limpeza do aeroporto de Brasília, Francisco Basílio Cavalcanti, condecorado com a medalha de honra ao mérito, no grau Oficial, Quadro Especial.

Exemplo

Francisco Basílio – 55 anos, cearense de Sobral, salário bruto de R\$ 370,00 – ficou conhecido nacionalmente, em março do ano passado, por devolver US\$ 10 mil a um turista que esqueceu o

dinheiro num dos banheiros do aeroporto Internacional de Brasília. Foi a primeira vez que a instituição homenageou um cidadão comum por um ato de honestidade.

Para o procurador-geral de justiça do DF, Rogerio Schietti, "o MPDFT não poderia ficar indiferente a tal exemplo, sobretudo quando vivemos tempos marcados pela injustiça e pelo desligamento dos homens aos valores mais caros de nossa sociedade".

A Ordem do Mérito MPDFT é destinada a agraciar pessoas ou entidades que tenham contribuído, de forma excepcional, para o aprimoramento ou consolidação da boa imagem da Justiça ou do Ministério Público, ou agido de modo exemplar, em benefício da sociedade.

Homenageados

Grão-Colar - Quadro Especial

Ana Maria Duarte Amarante Brito

Desembargadora do TJDF

Maurício Corrêa

Ministro aposentado do STF

Roberto Bandeira Pereira

Procurador-geral de justiça

Rio Grande do Sul

Grã-Cruz - Quadro Especial

Wasny de Roure

Deputado federal

Quadro Ordinário

José Britto da Cunha Júnior

Promotor de justiça

Mauro Faria de Lima

Promotor de justiça

Paulo Gomes de Sousa Júnior

Promotor de justiça

Comendador - Quadro Especial

Jaime de Cássio Miranda

Diretor-geral do MPM

Promotor de justiça militar

José Antônio Dias Toffoli

Subchefe para assuntos jurídicos

da Casa Civil

Quadro Ordinário

Luciana Asper Y Valdés

Promotora de justiça adjunta

Oficial - Quadro Especial

Francisco Basílio Cavalcante

Supervisor de limpeza do

Aeroporto Internacional de Brasília

Oficial - Quadro Ordinário

Cláudio Mesquita Ferreira da Silva

Servidor

Ernesto Guerra de Aragão

Servidor

Francisco Pinheiro Sampaio Filho

Servidor

Gilson Carvalho da Silva

Servidor

Wolney Edson Lima de Freitas

Servidor

Instituição

Defensoria Pública do Distrito Federal

MPDFT condena tortura e apresenta relatório sobre o DF

Com a apresentação do relatório "Situação da Tortura no Distrito Federal", no mês de junho, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios sinalizou a sociedade que está atento ao problema e que combaterá, com maior rigor ainda, essa prática condenada em todo o mundo civilizado. O relatório é resultado do trabalho desenvolvido pela Comissão de Direitos Humanos do MPDFT a partir do banco de dados do SOS Tortura, construído em razão da Campanha Nacional de Combate à Tortura e à Impunidade, além de informações encaminhadas pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara Distrital e de depoimentos de membros de organizações da sociedade civil.

O trabalho aponta 2.209 alegações registradas no SOS Tortura, das quais 1.336 foram identificadas como tortura institucional, aquela cometida por agente do Estado. Desse montante, 62 referiam-se ao DF.

Situação da tortura no DF

Tomando por base o documento sobre a situação da tortura no DF, o MPDFT definiu algumas ações iniciais, entre elas a composição de um grupo interinstitucional que terá a missão de promover visitas periódicas aos estabelecimentos prisionais. Uma outra proposta diz respeito à centralização em uma única promotoria de justiça para o acompanhamento dos casos de torturas, desde a investigação até a sentença, o que certamente inibirá, em muito, essa possível prática. Uma outra ação prevista é a recomendação enfática aos órgãos públicos para que promovam preventivamente o afastamento de qualquer agente suspeito do crime de tortura, minimizando a possibilidade da vítima voltar a ser submetida a novas torturas por seu agressor.

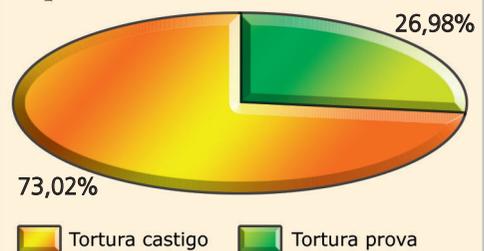
Outra decisão tomada pelo MPDFT é promover a capacitação de servidores, promotores e procuradores de justiça em relação à interpretação da lei contra a tortura nº 9.455/97, o que dará maior agilidade e qualidade às ações. Além disso, dentre as medidas propostas pelos promotores de justiça, estão a de adoção de formas mais eficientes de responsabilização nos casos de tortura e, também, a criação de mecanismos junto às promotorias de execuções criminais, para maior efetividade da Lei de Execuções Penais.

O trabalho aponta 2.209 alegações registradas no SOS Tortura, das quais 1.336 foram identificadas como tortura institucional, aquela cometida por agente do Estado. Desse montante, 62 referiam-se ao DF.

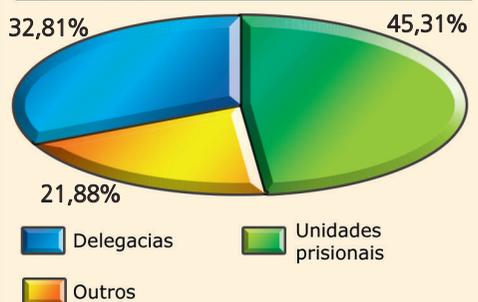
O painel da situação foi desenhado a partir dos dados da Campanha Nacional Permanente de Combate à Tortura e por depoimentos colhidos em entrevistas e visitas realizadas pela Comissão do MPDFT a estabelecimentos penais do Distrito Federal.

As propostas encaminhadas e as ações que já vêm sendo implementadas no Ministério Público procuram seguir as recomendações de organismos e documentos internacionais voltados à erradicação da prática, ainda arraigada, e por isso tolerada, na cultura de muitos povos.

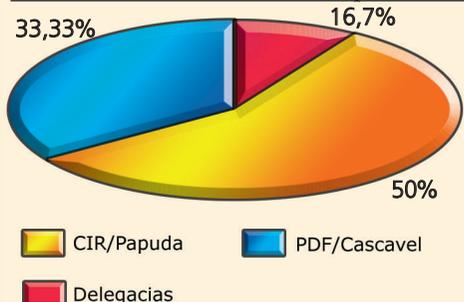
Tipo de tortura



Local da tortura



Local da tortura - Unidades prisionais



Perfil da vítima



Ministério Público discute combate à corrupção

Para firmar a posição contra a corrupção e abrir a troca de experiências entre entidades que atuam nessa causa, o Ministério Público realizou em maio o evento *MPDFT Contra a Corrupção – Abertura para novas experiências*. E já estuda, para o próximo semestre, mecanismos para obter maior eficácia no combate a esse tipo de crime. Um dos participantes do evento, o ministro do Superior Tribunal de Justiça, Gilson Dipp, acredita que "há uma estranha simbiose entre a corrupção e o Estado. É um mal comum a todos os países e que até bem pouco tempo esteve intimamente ligado à impunidade".

mental a criação de um grupo específico de promotores de justiça no MPDFT para atuar nessa área, em razão do grande número de obras em andamento no DF, com envolvimento de milhões de reais superiores às obras da própria União realizadas em Brasília.

Falta de informações

Para o promotor de justiça Libânio Alves Rodrigues, debatedor do tema, juntamente com a procuradora de justiça Ruth Kicis Torrents Pereira, a falta de informações técnicas vem se constituindo em um dos maiores obstáculos para o acompanhamento dessas obras. "As obras públicas são realizadas de forma caótica, impedindo melhor controle. Precisamos criar um corpo técnico especializado para realizar esse trabalho", disse Libânio.

No tema *Recuperação de Ativos como Ferramenta de Combate ao Crime*, o diretor do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça, Antenor Pereira Madruga Filho, destacou

que o combate ao crime organizado e à lavagem de dinheiro deve ser feito com a indisponibilização e o perdimento de bens das organizações criminosas, como forma de tornar menos rentável e de desestimular o crime como meio de enriquecimento ilícito.

Os presentes tiveram a oportunidade de conhecer formas de coletas de dados como meio de identificar redes de lavagem de dinheiro. Os promotores de justiça Andreilino Bento Santos Filho e

Ivaldo Carvalho Gonçalves Lemos Júnior foram os debatedores do tema.

Encerrando o evento, o promotor de justiça do Estado do Paraná José Geraldo Gonçalves discutiu a questão do Combate à Lavagem de Dinheiro, com a participação dos promotores de justiça do DF José Wilson Ferreira Lima e Eduardo Gazzinelli Veloso.

Segundo Gonçalves, os crimes praticados por organizações criminosas são casos muito recentes. Os advogados mais antigos nem chegaram a ver ou estudar o assunto quando estavam na faculdade. Na avaliação do promotor, preferencialmente, as investigações sobre esse tipo de crime devem ser feitas por grupos de promotores que possam dividir responsabilidades e evitar represálias dos acusados. É importante também contar com a participação de outros agentes de investigação e informação, nos quais se possa depositar confiança.



Para a procuradora do Ministério Público junto ao TCDF, Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, como forma de minimizar as perdas de recursos públicos decorrentes de atos ilícitos da Administração são fundamentais as parcerias entre o Tribunal de Contas e o Ministério Público. A procuradora anunciou durante o debate que o TCDF já estuda um processo de auditoria específico para obras públicas. Para Cláudia Fernanda, que apresentou o tema *Cooperação – Um Exemplo Positivo*, é funda-

